

O cacife do Brasil na próxima negociação

O governo brasileiro prepara-se para uma nova rodada de negociações com a comunidade financeira internacional. Será uma negociação diferente das anteriores, sem dúvida. Em primeiro lugar, porque o governo João Figueiredo vai acertar com os credores as condicionantes do programa econômico de 1985, a ser executado por seu sucessor — ainda indefinido. Em segundo lugar, porque desta vez o País exibirá um “caixa” superior a US\$ 5 bilhões (já assegurados) e um déficit em transações correntes que corresponde a menos da metade do registrado no ano passado (US\$ 6,1 bilhões).

É lógico, e politicamente coerente, que o governo Figueiredo procure ajustar as próximas negociações à necessidade de passar ao sucessor um quadro equilibrado no “front” externo da economia. É elogiável que, com essa perspectiva, dedique esforços à busca de formas adequadas para, na mesa de gestões com os credores, garantir um razoável nível de crescimento para a economia brasileira no próximo ano.

Está certo o presidente do Banco Central (BC), Affonso Celso Pastore, quando diz ser preciso, desta vez, mudar um pouco o quadro das negociações, porque já não existem fatores de perturbação, como nos anos anteriores, que determinavam — e tornavam imprescindível — concretizar um acerto internacional a “toque de caixa”. Antes o País não tinha reservas, não possuía “caixa” e, conseqüentemente, não dispunha de tempo para negociar e praticamente nada de concreto a oferecer.

Agora, o quadro é outro: “O tempo está a nosso favor”, tem dito o presidente do BC, com lucidez. E porque há “caixa” pode o governo ser “mais firme” na exigência de contrapartidas dos credores.

É fundamental, entretanto, que as autoridades econômicas não percam a linha do horizonte na preparação dessas negociações. O fato de o país dispor, no momento, de condições privilegiadas em relação aos vizinhos endividados da América Latina não significa que tenha ocupado o espaço e a posição de “um país di-

ferente”, como assim desejava o antecessor de Pastore na presidência do BC.

O governo Figueiredo pode e deve fazer uma negociação “diferente”, mas sem perder a perspectiva do contexto em que o País, hoje, está inserido.

Vejamos o caso do México, um dos “parâmetros” com que trabalha o governo brasileiro, atualmente. Não vai precisar de “dinheiro novo” no próximo ano; dispensou o crédito do Fundo Monetário Internacional (FMI), e, ao menos à primeira vista, isso implica dispensa de sua auditoria; por fim, registra “avanços” na negociação com os credores ao conseguir prazo de pagamento de catorze anos para a dívida que vence em 1985, de treze anos para a parcela vencível em 1986, doze anos para os títulos de 1987 e onze anos para os de 1988 — com carência de um ano.

Trata-se de um acordo interessante, realmente, e que mostra a disposição dos bancos credores de aceitar maior flexibilidade. É preciso, porém, analisar o custo real da contrapartida, sobretudo

no médio e longo prazo. Os bancos internacionais reclamam direitos de supervisionar a economia mexicana e estão exigindo uma abertura ampla para o investimento estrangeiro em todos os setores da economia.

Sem xenofobias, o capital estrangeiro é necessário e muito bem-vindo às economias desestruturadas e sem perspectiva de crescimento real como as latino-americanas. Mas é necessário um criterioso exame das regras e sua adequação à política industrial regional, observadas as peculiaridades de países que, como o Brasil, despenderam enormes esforços, dinheiro e tempo na construção de um parque industrial potente e competitivo. É uma questão política, antes de tudo, de preservação da identidade nacional.

Exatamente pelo fato de que, desta vez, o País dispõe de instrumental suficiente para armar uma negociação favorável e adequada aos seus interesses estratégicos é que aumenta a responsabilidade do governo Figueiredo nessas próximas gestões com os credores.